



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

ST5 – POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO SOCIAL E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

A RELAÇÃO “INVISÍVEL” ENTRE DESENVOLVIMENTO E CULTURA

THE “INVISIBLE” RELATIONSHIP BETWEEN DEVELOPMENT AND CULTURE

Vinicius de Camargo MACHADO¹, Ângela Cristina Trevisan FELIPPI²

Resumo: A presente reflexão busca contribuir com a discussão acerca de uma dimensão pouco visível da relação entre cultura e o desenvolvimento regional, tendo como condição originária a microescala local para com a região. Adota-se a perspectiva antropológica de cultura e a concepção de região a partir de uma visão polissêmica para discutir a cultura enquanto manifestação simbólica e suas implicações nos processos de desenvolvimento. Inicialmente é realizado um breve resgate teórico da interferência externa ao local nas manifestações culturais, que por vezes acaba por transformar as iniciativas locais em instrumentos a serviço de uma lógica que não reflete àquela identidade sociocultural. Na sequência, busca-se problematizar as relações entre os modos de vida e as práticas de significação e as manifestações culturais e suas possibilidades para o desenvolvimento regional. Por fim, seguem considerações na direção da inclusão efetiva da cultura como um vetor para o desenvolvimento regional e, para tal, o texto aponta a necessidade de conservar e fomentar as práticas culturais características das localidades de modo a servirem como potência para a construção coletiva do desenvolvimento, como vetor para políticas de Estado que proporcionem o bem-estar da coletividade.

Palavras-chave: Cultura. Globalização. Desenvolvimento. Regional. Estado.

Abstract: The present reflection seeks to contribute to the discussion about a little visible dimension of the relationship between culture and regional development, having as its original condition the local microscale towards the region. The anthropological perspective of culture and the conception of the region are adopted based on a polysemic vision to discuss culture as a symbolic manifestation and its implications for development processes. Initially, a brief theoretical rescue of the external interference to the local in cultural manifestations is carried out, which sometimes ends up transforming local initiatives into instruments at the service of a logic that does not reflect that sociocultural identity. Then, we seek to problematize the relationships between ways of life and practices of meaning and cultural manifestations and their possibilities for regional development. Finally, considerations towards the effective inclusion of culture follow as a vector for regional development and, for this, the text points out the need to preserve and foster the cultural practices characteristic of the localities in order to serve as a power for the collective construction of the development, as a vector for State policies that provide the

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR, Universidade de Santa Cruz do Sul - RS – UNISC. Bolsista CAPES. E-mail: viniciuscmachado@mx2.unisc.br.

² Doutora – docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional – PPGDR, Universidade de Santa Cruz do Sul - RS – UNISC. E-mail: angelafe@unisc.br.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

well-being of the community.

Keywords: Culture. Globalization. Development. Regional. State

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo estabelecer uma reflexão acerca de um dos aspectos da relação entre Desenvolvimento Regional (DR) e cultura, que dá conta dos modos de vida e das práticas de significação e sua potência para o desenvolvimento das coletividades. Para este artigo, recorta-se ainda a perspectiva da microescala local para com uma região. Dessa forma, utilizou-se de um breve resgate teórico sobre o fenômeno da globalização e sua incidência nos processos de desenvolvimento regional, em parte como reflexos de suas interpelações. E, num segundo subitem apresenta-se a argumentação sobre a forma pouco visível ou “invisível” com que a dimensão antropológica da cultura se relaciona com o DR, muitas vezes desconsiderada nas ações efetivas, em outras, de menor ocorrência, servindo como potência no planejamento e na governança. Compreende-se cultura na visão total, ampla, que contempla tanto os modos de vida e de significação, como dito, como também as produções culturais artísticas, artesanais e das indústrias culturais. Do mesmo modo, observa-se o caráter transversal da cultura, com sua incidência no “âmbito de inúmeras instituições e políticas” (BARBOSA DA SILVA e ARAÚJO, 2010, p. 19).

Por fim a reflexão passa a destacar algumas das considerações que foram possíveis estabelecer mediante a sistematização do referencial teórico utilizado na construção desse trabalho. Apesar da forma sintética com que foi esboçado, traz à tona as contradições e sutilezas da cultura para com o DR, ficando clara a sua relevância para a temática de construção coletiva de uma região, onde a identidade sociocultural de sujeitos e suas expressões culturais devam ser incluídas nos processos, de modo que se vislumbre um melhor bem estar da coletividade. Ficando, dessa forma, caracterizado pela visão antropológica da cultura imersa em regiões que altivem em serem protagonistas, bem como deixa possíveis pistas para maior aprofundamento acerca da temática relacional entre a cultura e DR.

2 A GLOBALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A imagem que é estabelecida entre uma perspectiva adequada de Desenvolvimento Regional (DR) em muito está atrelada a variáveis sugeridas ou impostas externamente, mudanças de comportamento que influenciam todo um contexto territorial. Apesar de não poder ser estabelecido como certo o ideal local que se deva ter como sendo o DR, pois as realidades existentes mudam suas características de uma realidade geográfica para outra, talvez vislumbrar o necessário local possa ser a meta.

A grande questão que se coloca é, o que é desenvolvimento regional? A definição pura e simples não parece ser uma descrição finita, pois o grau de complexidade com que o tema se reporta, não basta definir, descrever ou subscrever a partir dos diferentes autores. Entretanto a ideia de





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

conceber uma breve e inicial elaboração de pensamentos que foram construídos, daí sim, da junção das diferentes leituras e abordagens sobre o tema parece ser o melhor caminho a seguir. Por primeiro convém fazer menção a definição que é reconhecida pelos mercados, ou pelos agentes que nele atuam, restringem a abrangência da palavra “desenvolvimento”, associam a crescimento, desconsiderando as heterogeneidades dos espaços.

O foco defendido é a mera quantificação crescente de valores monetários que possam ser usufruídos à medida em que os recursos desses espaços, então ocupados, são drenados a serviço de interesses externos, forças exógenas. Em segundo, vem a palavra “regional”, que da mesma forma quando considerada pela visão reducionista do mercado, evidencia-se a ideia de que os limites físicos associados aos interesses mercadológicos são preponderantes, portanto, os únicos que devem ser considerados, independente das peculiaridades de cada espaço e suas relações originárias.

Feitas essas breves considerações é possível estabelecer o contraponto necessário para a sugestão de resposta. Quando se trata de desenvolvimento regional, entender que as condições de um espaço devem ser amplamente consideradas, características não somente físicas, no sentido de recursos naturais disponíveis e possíveis de serem harmonicamente usufruídos pelos agentes daquele “lócus”, como também os aspectos socioculturais, que são origens da diversidade no sentido amplo e irrestrito, que estão intrinsecamente associados a um “contexto físico” que configura uma região com suas potencialidades e com suas deficiências.

O exercício de levar em conta as heterogeneidades do espaço para a construção coletiva de uma região não é um caminho fácil a ser trilhado, pois a disputa local pelo poder acaba por inibir iniciativas de cunho regional, ou seja, as diretrizes externas para resultados particulares, são as que preponderam em detrimento do coletivo. O paradigma a ser superado passa pela participação coletiva nos diferentes canais possíveis de participação, pois tornar o agente local ora passivo em agente ativo faz toda a diferença para a superação e entendimento de que é preciso ser a resistência contra um processo de produção de acumulação de bens de capital e de consumo, que interferem no meio local, regional e global, evitando que as regiões sejam organizadas a partir de suas características e assim possam obter equidade e portanto desenvolvimento de suas regiões.

Mas parece também evidente que sem a participação do Estado como formulador de políticas públicas que tenha preocupação por estimular a construção coletiva do desenvolvimento regional, não será possível acelerar a diminuição da desigualdade das diferentes regiões e romper com o *status quo*, resta somar esforços nos diferentes espaços para que ações de inserção de agentes passivos, torne-os vetores ativos do processo de construção coletiva, respeitando e sendo respeitado, influenciando e sendo influenciado, mas por uma região integrada e desenvolvida.

O processo de globalização que estabelece ritmo, forma e atribui importância aos ditames exógenos, acaba por deixar as particularidades locais inertes na construção dos reais interesses, em detrimento da lógica homogeneizadora que ultrapassa a perspectiva da microescala, pois a ideia de estar sob a égide de uma aldeia global pois segundo Ianni (2006, p.16), estão em curso a harmonização e a homogeneização progressivas. As quais se baseiam na convicção de que a



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

organização, o funcionamento e a mudança da vida social, em sentido amplo, compreendendo evidentemente a globalização, são ocasionados pela técnica e, neste caso, pela eletrônica.

Essa condição técnica acrescida de ritmo altera todo o sentido relacional entre os agentes locais, pois a identidade dessas localidades acaba por sucumbir de forma progressiva, uma vez que os avanços técnicos ditam essa junção de fatores que resultam em transformar todo o lócus em mercadoria, obviamente transmutado em intenção progressista, de avanço e modernização. Entretanto, ao não incluir o contexto local e muito menos regional, ajuda a perpetuar o *establishment*, o que dificulta a iniciativa de resistência endógena, que por mais incipiente que possa ser deve de alguma forma ser nutrida para que o contraditório possa ser criado.

A imposição externa necessita de resistência, fica evidente ao ser constatado que a lógica das forças exógenas faz ruir todo e qualquer pressuposto fronteiriço, haja vista, conforme Ianni (2006, p.19), “...instala-se além de toda e qualquer fronteira, articulando capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social e outras forças produtivas.” Diz ainda que esse processo é acompanhado pela publicidade, a mídia, impressa e eletrônica, e demais indústrias culturais que acabam por se misturarem, dissolvendo fronteiras, e dando ritmo aos mercados e tornando o consumo algo normal, desatrelado da necessidade. O que resulta no que chamou de desterritorialização das coisas, gentes e ideias.

Nesse contexto, onde o processo acelerado da tecnicidade sobrepõe-se às particularidades locais, alterando os contextos físicos e humanos do conjunto de elementos que o compõem, onde o indivíduo deixa de ter importância sendo apenas um instrumento do processo de produção e acumulação capitalista, pois sua condição de cidadão serve apenas para usufruto da flexibilidade produtiva, como muito bem coloca Ianni.

Ai está **uma conotação surpreendente da modernidade, na época da globalização: o declínio do indivíduo.** Ele próprio, singular e coletivamente, produz e reproduz as condições materiais e espirituais da sua subordinação e eventual dissolução. **A mesma fábrica da sociedade global, em que se insere e que ajuda a criar e recriar continuamente, torna-se o cenário em que desaparece.** (IANNI, 2006, p.21, grifo nosso).

Se considerar que o espaço é alterado por completo e que as relações globais impostas alteram todas as iniciativas do modus de vida do espaço local, onde a tecnicidade e a racionalidade figuram como determinante, a serviço do sistema acumulativo que transforma tudo em mercadoria. A reflexão sobre o DR sendo induzido por essa lógica, aparenta estar prejudicado pela inoperância de virtuosidades que por certo existem nessas menores escalas.

Dessa forma, a construção DR deve passar pelo resgate da significância do ser, em detrimento do ter, onde o ser, no caso o indivíduo precisa estabelecer um contínuo resgate dos valores pessoais e, por conseguinte, locais que por certo ficarão contrapostos ao que ora está estabelecido, assim será possível romper com perversa aniquilação da diversidade sociocultural da microescala.





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

As antigas relações onde aspectos unicamente comerciais entre as regiões, eram consideradas preponderante, já não são suficientes para manter essas relações, pois as relações pessoais, a influência de fatores externos e internos, e a potencialidade humana e natural, de cultura e iniciativa política são agora determinantes para uma reestruturação efetiva de uma região (BECKER,2015, p.14). Assim a sociedade move-se pela produção, em função do lucro permanente e tendo este como princípio organizador da vida econômica.

O Estado acaba sendo de certa forma um agente econômico e social passivo no análogo fluxo circular que estabelece a relação entre os sujeitos, empresas e o próprio governo. Onde deveria atuar como regulador das distorções redistributiva e concorrenciais, corrigindo a linearização da “grandeza” das corporações instaladas nas regiões. Embora oportuno mencionar que o papel do Estado como agente regulador das imperfeições do sistema capitalista sempre acabe por ser criticado quando da sua atuação mais incisiva.

Há sempre discussões que transitam nesse espectro colocando o Estado como desnecessário, ou minimizando sua importância como poder regulador, acreditando que a exposição de regiões aos ditames externos, capitaneados pelo sistema capitalista, por si só se autorregula, estabelecendo equidade para com os agentes. Porém, conforme Evans (1993, p.108), goste-se ou não, o Estado permanece central ao processo de mudança estrutural, mesmo quando a mudança é definida como ajuste estrutural. O reconhecimento da centralidade do Estado inevitavelmente remete de novo a questões sobre a capacidade de ação do Estado.

Conforme Becker (2015, p.15), a razão do resgate do papel do Estado para com a regionalização e a região propriamente está atrelado a condição de que ao regatar o Estado, necessariamente a região está compreendida. “(...) Porque as regiões, e isso é o mais importante, são constituídas pela apropriação de parcelas do espaço por arranjos específicos de atores que conformam sociedades locais, que são a expressão social das regiões (...)”. Assim, as regiões possuem uma funcionalidade própria, sendo parte do próprio Estado, dialogando com ele, e exercendo pressão para relativizar o poder homogeneizador e dominante, dando relevância a sua atuação. Importante é que o Estado tem atuação em um primeiro momento, sendo que na sequência forja a região.

3 A RELAÇÃO “INVISÍVEL” ENTRE DESENVOLVIMENTO E CULTURA

A medida em que as regiões parecem caminhar para uma homogeneidade, uma construção do DR que considere a relação deste com os diferentes modos de significar e se manifestar tornam-se cada vez mais escassas, pois a diversidade fica comprometida, considerando que a padronização também atinge essa perspectiva, pois também tem influência exógena. Ou, quando a diversidade cultural expressa na particularidade regional é considerada, a cultura tende a ser acionada instrumentalmente, como recurso ou ativo em circuitos econômicos que se desenham nas distintas escalas. Nesse segundo caso, nem sempre está garantido o protagonismo dos sujeitos locais ou a conservação dos modos de vida e de significação.

O processo global de internacionalização e transação dos mais diferentes recursos acaba por interferir nas realidades mais próximas dos sujeitos, tais como o bem-estar existente em





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

idades. Os sujeitos acabam por se submeterem à imposição externa. O resultado é a modificação de seus modos de vida, por vezes destruindo seus laços culturais e identitários, noutras, gerando hibridismos culturais, numa tensão entre o externo e o interno, em acordos e disputas.

Essa constatação parte do pressuposto com que esse trabalho foi construído, resgatando algumas considerações teóricas, que, estabelecidas sob a perspectiva do desenvolvimento regional, são dadas mediante a construção vinda das microescalas para formar o conjunto, se não harmônico, equilibrado entre as necessidades locais e a conjuntura estabelecida.

Certo que o DR que se busca para os diferentes espaços geográficos deve ser construído respeitando as diferenças que existem, sem desconsiderar a emergência de que também é preciso progredir, mas de forma a enfrentar as desigualdades e de alguma forma estabelecer uma conexão entre as diversidades e as vontades dos distintos territórios e grupos sociais nele presentes. Ao realizar essa reflexão é preciso considerar que existe uma grande lacuna entre o viés cultural e o desenvolvimento como propulsores plenos, existindo um hiato entre a cultura e o desenvolvimento, inclusive havendo divergências entre os autores que escrevem sob o tema, o que reflete o descaso, conforme Ortiz.

Nos documentos sobre cultura e desenvolvimento é nítido o mal-estar dos autores que escrevem. Eles se queixam de que os bens culturais não são priorizados pelo pensamento econômico, que nas políticas governamentais “a cultura é deixada de lado”, perguntam-se ainda, “o que fazer com a cultura?”, e reiteradamente apontam para o fato dela ser mais ampla do que a simples ideia de arte. (ORTIZ, 2008, p. 122, grifo nosso).

Por outro lado, recentemente essa condição vem dando espaço, embora de forma tardia, à cultura, que vem ganhando relevância e notoriedade inclusive em programas políticos partidários, ao menos discursivamente, com possibilidade de tornar-se plataforma de programas de governo, algo notório tratando-se de um tema pouco reconhecido. Há de se mencionar que essa nova postura muito se deve à percepção de que o incentivo às manifestações culturais podem ser um poderoso instrumento de modificação social, que pode vir a influenciar costumes e apaziguar ou, até mesmo, resolver conflitos que muitas vezes são potencializados mediante a exclusão de grupos que tentam ter voz e vez no cotidiano local.

Um aspecto que talvez tenha relevância na ocasião de haver uma real valorização para os diferentes tipos de manifestações culturais é a aproximação do entendimento da cultura como um verdadeiro vetor de construção coletiva do modo da sociedade se manifestar e vivenciar seu dia a dia. Pois as disparidades hoje existentes entre o que é prometido e, na sequência, até mesmo planejado, diverge da execução, pois quando é desconsiderada a diversidade das manifestações culturais, esse processo acaba por criar um vácuo sobre a existência das expressões que identificam o fazer dos sujeitos, substituindo gradativamente os costumes. E, com isso, a própria cultura de um lócus qualquer, acabam por suprimir ou impor uma expressão cultural padronizada.

A de se considerar que as manifestações culturais são, muitas vezes, ou quase sempre,



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

extremamente subjetivas, pois a cultura em si é livre manifestação individual, embora essa forma de expressão tenha relação com o fato de que esse indivíduo se expressa a partir do conjunto de percepções adquiridas pelo seu entorno. O que de certa forma condiciona o que resulta dessa sua manifestação, algo profundo e extremamente sutil. Essa constatação empírica distingue-se da concepção de desenvolvimento, como aponta Ortiz, o que contribui para o debate da relação cultural e o desenvolvimento, mas é possível que possa servir de um incipiente ensaio divergente.

A noção de desenvolvimento pertence ao domínio da racionalidade, ela implica uma dimensão da sociedade na qual é possível atuar, desta ou daquela maneira. Neste sentido, ela não é constitutiva da sociedade. Trata-se de uma concepção datada historicamente. Nas sociedades passadas, tribais, cidades-Estado, impérios, ela não existia na forma como conhecemos hoje. (ORTIZ, 2008, p. 124, grifo nosso).

É verdade que o Ortiz (2008, p.125) deixa claro que a expressão cultural referida não é a da sociedade moderna, pois neste caso ele entende que a condição de ser constitutiva é intrínseca às sociedades modernas, ou seja, a modernidade está posta e não pode ser desconsiderada. Mesmo assim, ele finaliza seu argumento dizendo que o vínculo entre cultura e desenvolvimento, embora não seja necessário, é decisivo. Permitindo que a partir dessa afirmação seja possível serem trabalhado temas como erradicação da pobreza, melhoria das condições de gênero, incentivo ao turismo e preservação do meio ambiente.

Todos temas de extrema relevância para qualquer região geográfica que reflita sobre a conjunção de esforços progressistas necessários para propor um melhor estágio de bem-estar social, o que não deve ser confundido com a utilização da cultura como mero instrumento dessas melhorias. Pois, segundo Yúdice (2006, p.26), “(...) a cultura simplesmente se tornou um pretexto para a melhoria sociopolítica e para o crescimento econômico (...)”. Isso posto em projetos sociais de inclusão de grupos, financiados pela iniciativa privada, poder público ou terceiro setor, ou por meio da criação de dinâmicas econômicas ordenada pela economia criativa e no espectro da economia da cultura. Em ambas as situações há muitas implicações, desde a orientação dos projetos socioculturais, muitos financiados por agentes globais (Banco Mundial, grandes fundações etc). Até, no segundo caso, o quão vulnerável aos sabor do mercado, às ondas de consumo, estão os empreendimentos culturais criados como ativos do território.

Nesse aspecto a utilização da cultura como meio de promoção política e ideológica é uma preocupação que deve existir, pois sua utilização como forma de ideologia a serviço de interesses clientelistas os quais foram mencionados por Yúdice e outros autores parece ser plausível, muito pela forma massificada de informar via diferentes mídias que transitam pelo cotidiano das regiões, contribuindo para o que já fora mencionado como linearização, ou padronização, no caso da cultura como mercadoria e não como mais um vetor do DR.

Conforme Yúdice (2006, p.28) “(...) a defesa da centralidade da cultura para a solução de problemas sociais não é novidade, mas ela tomou diferentes formas no passado, como a (re)produção ideológica de cidadãos dignos (tanto burgueses quanto proletários ou nacionais),





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

(...)”. Assim o papel do Estado como indutor dessa centralidade parece ganhar significância, pois considerando que a cultura pode promover mudanças sociais parece ser prudente que haja políticas de Estado voltados para essas demandas. Pois assim a influência externa que modifica e extrai as iniciativas, uma vez que visualiza os espaços apenas como recursos a fim de materializar essas manifestações como mercadoria, estariam resguardadas pelo poder do Estado.

Sem desconsiderar a potência da cultura para o desenvolvimento social e econômico, ou mesmo para o desenvolvimento cultural propriamente dito, oportunizado pela liberdade de produção e de acesso aos bens culturais, a dimensão da relação entre cultura e desenvolvimento que se deseja discutir com vistas a efetivar é a que considera a sua dimensão simbólica. É a que oportuniza a canalização dos saberes, fazeres, vivências e mentalidades na construção e implementação do desenvolvimento. É uma dimensão que refrata nas demais porque pressupõe inserção do conjunto da sociedade nas discussões sobre seu rumo, implica na consideração dos interesses desse conjunto, no estabelecimento de consensos, e no exercício da capacidade criativa para a proatividade. Portanto, a consideração da cultura no seu sentido antropológico para a projeção do desenvolvimento envolve democracia, participação, solidariedade, proatividade.

Embora existam inúmeras experiências pontuais ou espacialmente mais amplas do exercício sugerido acima, há carência de reflexões teóricas e metodologias que a viabilizem. Ou, ao menos, de sistematização das muitas experiências relacionadas à prática cultural com vistas ao desenvolvimento (MARTINELL, 2020). O desafio maior parece ser a sua efetivação. Obviamente não se trata apenas de falta de escopo, embora o que nos pareça corriqueiro, na atualidade e no ambiente acadêmico, acionar a cultura nas discussões sobre desenvolvimento, a aproximação entre ambas não se constitui hegemônica, é recente e, como sugere o título deste texto, muitas vezes, “invisível”. Outrossim, essa invisibilidade ocorre por muitas causas, contextuais e estruturais. A causa estrutural relaciona-se ao que significa promover processos de desenvolvimento participativos, inclusivos, endógenos e solidários diante do posto neste artigo sobre o sistema econômico e político vigente.

Embora pareça um tanto utópica essa colocação, havendo essa possibilidade as regiões estariam submetidas ao alcance não da mão invisível do mercado, mas sim da tutela reguladora do governo, que por meio de uma política de Estado poderia evitar a perda de tão rica diversidade existente nas dimensões de regiões que são sempre díspares, além do que o vetor econômico não seria o principal indutor, uma vez que a consciência desse tipo de política surgiria do amadurecimento coletivo de que os recursos despendidos para esse tipo de iniciativa deve ser através dos mecanismos estatais, uma vez que a métrica quantitativa, em questão de cultura, é algo subjetivo para ser estabelecido, com perspectiva de retorno econômico financeiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva de trazer a luz não só as discussões acerca do DR, mas a inclusão da cultura como vetor potente do processo de resistência ao que é imposto como condição da expressão cultural travestido de progresso, faz todo o sentido quando tratado de forma a respeitar





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

as diferentes manifestações culturais. Como foi retratado o processo de globalização acaba por interferir no cotidiano da microescala, local, o indivíduo. Alterando modos de vida e consumo, impondo hábitos que acabam por desconstituir suas identidades socioculturais, tornando-os objetos de um sistema perverso.

A boa nova passa pela possibilidade de que na ocasião da construção coletiva, que aparenta ser possível formar uma resistência consciente e sustentável das diferentes manifestações culturais que seriam vetores do desenvolvimento, não como mero instrumento do processo que padroniza as iniciativas, com fins mercadológicos, mas sim pela ótica agregadora da manifestação heterogenia.

O papel do Estado como promotor de políticas perenes de inclusão cultural no DR pode ser um instrumento que resguarde as frágeis condições de oposição as quais por certo existem nas regiões díspares e que são suplantadas quando distantes do poder do Estado e próximas do livre mercado.

Também aparenta ser correto considerar que as práticas culturais locais devem estar abertas ao progresso, ou a aceitação do novo, mas a preservação do que é historicamente identitário é uma das condições desafiadoras, pois equacionar essas perspectivas talvez seja o desafio significativo para aprofundamento dessa reflexão.

Por fim, a centralidade da cultura deve ser não apenas uma forma de solucionar ocasionalmente os problemas sociais, mas sim um meio de agregar visões diferentes de entender o mundo, onde seja possível ser estabelecido uma relação de respeito mútuo entre a diversidade e que a sua conjunção resulte em o bem-estar da coletividade, deixando com que a cultura sai da invisibilidade dos programas políticos e das iniciativas economicistas de eventuais governos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA DA SILVA, Frederico; ARAÚJO, Herton Ellery. **Indicador de desenvolvimento da economia da cultura**. Brasília : Ipea, 2010.

BECKER, Bertha. Uma nova regionalização para pensar o Brasil? In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Org.). **Brasil, Século XXI – por uma nova regionalização? Agentes, processos, escalas**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015. p.11-27.

EVANS, Peter. **O Estado como problema e solução**. Revista Lua Nova, 28/29: 107-157, abr. 1993.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1993.





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MATINELL, Alfons. As relações entre cultura e desenvolvimento no marco da ODS. In Curso Cultura de Desenvolvimento, 2020, São Paulo. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=5IBavZx1SpM&feature=youtu.be>. Acesso em: 2 julho 2020.

ORTIZ, Renato. **Cultura e Desenvolvimento**. Salvador: Políticas Culturais em Revista, 1(1), p. 122-128, 2008. Disponível em:
<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3194/2304>. Acesso em: 5 junho 2020.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.



OBSERVADR

